

Júri D

Adelino César Vasques Dinis, Juiz Conselheiro, Presidente;
 Elisabete Costa Matos, Procuradora da República;
 Francisco Macedo Toco, Advogado;
 Maria do Rosário Namora Guerreiro da Cunha, Notária;
 Pedro Marinho Falcão, Professor Universitário.

Suplentes:

Ana Paula dos Santos Mealha Guerreiro Belmarço, Conservadora do Registo Predial;
 Eduardo Manuel Batista Martins Rodrigues Pires, Juiz Desembargador;
 Elad Mário Neto, Advogado;
 Fernando Lobo Amaral, Advogado;
 Helena Jesus Fernandes Gonçalves, procuradora da República;
 José António da Costa Alves, Chefe de Divisão da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos,
 José Eusébio Santos Soeiro Almeida, Juiz de Direito;
 Rui Manuel Jesus Batista, Procurador Adjunto.

Júri E

Manuel Pereira Augusto de Matos, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;
 Gabriela Costa da Palma Martins, Notária;
 Leonel Gaspar, Advogado;
 Luís Filipe Castelo Branco do Espírito Santo, Juiz Desembargador;
 Paulo Cunha, professor Universitário.

Suplentes:

Carlos Frederico Gouveia Matos Martinho Figueira, Procurador Adjunto;
 Filipe Carneiro, Advogado;
 Jesuíno Alcântara Martins, Director de Finanças da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos;
 José Manuel Duro Mateus Cardos, Juiz Desembargador;
 Manuel José Gonçalves Pereira, Procurador Adjunto;
 Maria Raquel Sobral Alexandre, Conservadora do Registo Predial;
 Pedro Nunes Carvalho, Professor Universitário;
 Pedro Tenreiro Biscaia, Advogado.

Júri F

António Manuel Machado Moreira Alves, Juiz Conselheiro, Presidente;
 Carlos Medeiros, Professor Universitário;
 Francisco Baptista Medeiros, Procurador-Adjunto;
 Leonor Castre, Advogada;
 Stela Barbas, Professora Universitária.

Suplentes:

António José Moreira, Professor Universitário;
 António Manuel Azevedo Ferreira Xavier Beirão, Procurador Adjunto;
 Armando Manuel da Luz Cordeiro, Juiz Desembargador;
 Isabel Saavedra e Afonso Branco, Conservadora do Registo Predial;
 José António Pereira da Silva, Advogado;
 Rodrigo Jardim, Advogado;
 Silvío Bairrada, Advogado.

Júri G

Vítor Manuel Matos Franco, Procurador-Geral-Adjunto, Presidente;
 Aurora Cunha, Professora Universitária;
 Maria Dina da Fonseca Lopes Ferreira, Notária;
 Maria João Pires, Advogada;
 Sónia Alexandra Sousa de Moura, Juíza de Direito.

Suplentes:

José Fernando Magalhães Soares Tomé, Procurador Adjunto;
 José Rodrigo de Castro, Professor Universitário;
 José Vígário Silva, Advogado;
 Maria da Conceição Sousa Ligeiro, Procuradora da República;
 Mónica Ribeiro Mesquita, Professora Universitária;
 Rui Daniel Ferreira, professor Universitário;
 Tarroso Gomes, Advogado.

Na falta ou impedimento do Presidente nomeado este será substituído pelos membros dos respectivos Júris discriminados como segue:

Júri A

Manuel Tomé Soares Gomes, Juiz Desembargador.

Júri B

Amadeu Francisco Ribeiro Guerra, Procurador-Geral-Adjunto.

Júri C

Gregório Eduardo Simões da Silva Jesus, Juiz Desembargador.

Júri D

Eduardo Manuel Batista Martins Rodrigues Pires, Juiz Desembargador.

Júri E

Luis Filipe Castelo Branco do Espírito Santo, Juiz Desembargador.

Júri F

Armando Manuel da Luz Cordeiro, Juiz Desembargador.

Júri G

Maria da Conceição Sousa Ligeiro, Procuradora da República.

Para a realização dos exames psicológicos de selecção a que alude o artigo 21 n.º 1 da citada lei 2/2008 de 14 de Janeiro, a entidade designada foi Instituto Superior de Psicologia Aplicada — ISPA sito na Rua Jardim do Tabaco, n.º 34 em Lisboa.

2 de Junho de 2008. — O Director-Adjunto, em substituição da Directora, José António Branco.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 15735/2008

Por despacho de 08 de Maio de 2008, do Director Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Baltazar Pinto, foi prorrogada a licença sem vencimento por mais um ano ao segurança Ricardo Miguel Marques Santos, do quadro da Polícia Judiciária, com efeitos a partir de 25 de Maio de 2008, conforme o disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Maio de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, António Barbosa.

Despacho (extracto) n.º 15736/2008

Por despacho de 08 de Maio de 2008, do Director Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Baltazar Pinto, foi prorrogada a licença sem vencimento por mais um ano ao segurança Ricardo Miguel Marques Santos, do quadro da Polícia Judiciária, com efeitos a partir de 25 de Maio de 2008, conforme o disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

28 de Maio de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, António Barbosa.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho n.º 15737/2008

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os titulares dos cargos de direcção intermédia são recrutados, por procedimento concursal, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo.

Em cumprimento do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 21.º do mesmo diploma legal, foi publicitado no *Diário da República*, em órgão de imprensa de expansão nacional e na bolsa de emprego público, o procedimento de selecção de titular para o cargo de Coordenador do Sector de Apoio Jurídico aos Recursos Humanos do Instituto dos Registos e do Notariado,